

MENSAGEM Nº 50 /2022

Maceió, 7 de junho

Senhor Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 816/2022 que "Dispõe sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado de Alagoas - SPSM/AL, e dá outras providências.", pelas razões adiante aduzidas.

## Razões do veto:

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, e embora muito louvável a matéria disposta no Projeto de Lei nº 816/2022, sua sanção integral não se apresenta possível, como se observará pelas razões adiante descritas.

Nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, se o Governador do Estado considerar o Projeto de Lei aprovado pelo Poder Legislativo Estadual, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo, total ou parcialmente.

Sendo assim, a emenda parlamentar aditiva do art. 30 padece de contrariedade ao interesse público, pois não possui harmonia com as diretrizes de elaboração do Projeto de Lei, consoante tratativas realizadas entre a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, a Polícia Militar de Alagoas - PM/AL e o Corpo de Bombeiros do Militar do Estado de Alagoas -CBM/AL.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 816/2022, por contrariedade ao interesse público, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas

PAULO SURUAGY DO AMARAL DANTAS

Governador

Excelentíssimo Senhor

Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS

Presidente da Assembleia Legislativa Estadual

**NESTA**